

A Re-Politização do Cinema Brasileiro*

Gustavo Dahl

O interesse despertado pela realização do 3º Congresso Brasileiro de Cinema, expresso pela presença neste encontro é o maior testemunho de sua emergência. Congregar, raiz etimológica da palavra congresso, se faz sentir como primeira providência para enfrentar situações de perigo. É o que fazem os animais, desde sua mais diminuta escala, é o que fazem as religiões quando ainda são seitas secretas, é o que fazem os exércitos quando a defesa e o ataque se tornam eminentes. É o que o faziam os estudantes, quando movidos pelo anseio de redimir o país e enfrentar a ditadura, iam às ruas manifestar. E o refaziam quando as forças da repressão e da ordem conseguiam dispersá-los. Qualquer semelhança não é mera coincidência. É o que todos nós estamos fazendo aqui, querendo assumir a responsabilidade pela realização do nosso próprio destino, naquilo que ele tem de comum, naquilo que vai além da mera experiência individual.

Não é por acaso que esta reunião se dá no Estado do Rio Grande do Sul, cujo governo criou as condições para que fosse convocada. Sem cair em clichês, aos quais a parcela de sangue gaúcho que carrego poderiam me induzir, é inegável que no caldo cultural gerado pelo pampa e pela disputa armada de um território que voluntariamente se integrou ao Brasil, liberdade e independência são valores primordiais. Basta o conhecimento de sua história ou a freqüentação de seu cancionário para constatá-lo. Como é suficiente também reconhecer o nível de consciência política de sua população, sua distribuição de renda e seus índices de qualidade de vida. Não é por coincidência que tudo isto anda junto, é por sincronicidade. Não é casualidade, é causalidade.

É também por causalidade que o Ministério da Cultura e sua Secretaria do Audiovisual acolheram o pleito de apoio que lhes foi solicitado pelo 3º Congresso. O reconhecimento da importância estratégica que o cinema brasileiro, e por consequência o cinema no Brasil detém, se impôs a qualquer conveniente prudência que pudesse induzir a exclusão do debate. A aceitação do 3º Congresso como foro no qual pode ser avaliado o papel do Estado e o próprio desempenho do Ministério da Cultura no acidentado terreno da atividade audiovisual, tanto defendido quanto criticado, depõe da abertura de espírito e das convicções democráticas de seus dirigentes. Ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao Ministério da Cultura e a Fundacine RS, que chamou a si a realização do 3º Congresso Brasileiro de Cinema, quero deixar registrado nossos agradecimentos, acreditando exprimir todos os presentes.

De forma mais pessoal, quero registrar também meus agradecimentos por ter sido convidado a presidir-lo, por indicação de Roberto Farias. Mais do que agradecimentos, quero expressar minha gratidão por ter-me sido permitido praticar aquilo que no cinema mais me realiza. Pasmem, é a sua política. Sinto-me participante de uma tradição da qual fazem parte meu mestre Paulo Emilio Salles Gomes e meu mais dileto amigo, Glauber Rocha. E não posso deixar de me emocionar ao rememorar tanto um quanto o outro, aos quais a vida concedeu a graça de ser, no meu entender, o maior pensador e o maior diretor do cinema brasileiro. Como se isto não lhes bastasse, também se davam à prática política. Com sentido estratégico, modéstia, entusiasmo e rigor. Participavam como eu, e me seja perdoado o arcaísmo, do sentimento que o sentido absoluto de nossas vidas é dado pelo amor e pela revolução. E revolução, neste caso, vai entendida como resistência e ataque à opressão colonial que tenta impedir que o Brasil e outros países do mundo, tenham um cinema seu. Substituindo explicitamente os conceitos de cultura, sociedade e nação, pela caracterização deles

exclusivamente como mercado, o que se quer é privar-nos do direito de reconhecerno-nos, de construirmo-nos, de colocarmos-nos em questão, de criticarmos-nos, de celebrarmos-nos, de preferência simultaneamente. Não há grande país sem cinema e é próprio das nações continentais como a Índia, a China, a Rússia, os Estados Unidos e o Brasil, terem o seu. São extensões territoriais que abrangem muitos climas, em vários sentidos, são estruturas sócio-culturais complexas, onde podem se abrigar a um só tempo populações nativas, reclusas da moderna civilização, quanto o uso da energia nuclear ou a atividade aeroespacial. Não se percorre impunemente, num mesmo tempo presente, trecho tão longo, arco tão abrangente, da evolução da história do homem. É da combinação de extensão e complexidade que nasce a grandeza, e não do prevalecimento de uma economia sobre a outra, de uma classe sobre a outra. Esta complexidade e a universalidade que forçosamente dela decorre, tem o direito, tem o dever de se exprimir cinematograficamente. Sob pena de não o fazendo ficar parcialmente surda, cega ou sobretudo, muda. O autoritarismo nasce sempre do sentimento de ser melhor do que o outro. E neste sentido, por mais poder que tenha no mercado mundial, nenhum país pode arrogar-se o direito de ser cinematograficamente excludente do outro. E requerer para si a totalidade do espaço vital disponível, a nível mundial, impedindo e desconsiderando a possibilidade de outras cinematografias existirem. Nem que seja apenas em seu próprio território, ou como querem os outros, mercado.

Glauber, depois de confrontar, em Veneza, seu cinema de invenção e poesia com o modelo da indústria cinematográfica internacional que se auto-denomina "corrente principal", declarou que "a política cinematográfica é a essência mais refinada de uma cultura". Há vinte anos atrás, o profeta que morreria meses depois, profetizava. Reza um aforisma nietzschiano que a grandeza do inimigo enobrece o guerreiro. Se assim for, os cinemas nacionais que enfrentam a maior concentração de poder audiovisual já havida na História, guardam para si um papel de relevância excepcional. Outro dia passava eu diante da fachada do Cinema Leblon, cinema de rua que contrariando a norma, é das maiores rendas do Rio de Janeiro. Vi na fachada "art-decô", juntos, dois painéis imensos dos filmes "Gladiador" e "Missão Impossível - 2". São operações financeiras de caráter mundial, que mobilizam algumas centenas de milhões de dólares. Qualquer um, sozinho e excluídos os custos de comercialização, equivalem à totalidade do investimento estatal que resultou na "retomada" do cinema brasileiro. Fui presa de um sentimento que poderia ser do vagabundo chapliniano ou do sobrevivente estarecido personificado por Buster Keaton. A diferença brutal de escala fez-me sentir à beira do ridículo, do absurdo, nesta defesa renitente do direito do Brasil ter seu cinema. Numa segunda leitura, identifiquei os valores de luta e superação de dificuldades, permanentes em qualquer inconsciente coletivo, transformados em produto. Larguei o produto e captei a mensagem, aliás óbvia: o campo de confronto pode ser o mesmo, mas as armas tem que ser outras. Contra escudo e espada, rede e tridente. Aceitar o embate no terreno adversário, como freqüentemente, por inconsciência ou cumplicidade, as autoridades governamentais e a elite financeira cobram do nosso cinema, é a certeza da derrota. Se o concorrente tem uma faixa praticamente exclusiva para fazer escorrer sua produção, por que caberia ao cinema brasileiro, ter que se viabilizar no acostamento desta via? Mandam a prudência e o espírito de sobrevivência transformar esta ciclovia que nos foi deixada, numa estrada mais larga, mesmo que tenha trechos de terra batida. O estabelecimento de um espaço maior, mais acessível, que colocasse a disputa pelo público em concorrência com o conjunto da produção cinematográfica não hegemônica, inclusive a independente americana, seria somente atender de outra forma ao imperativo globalizante e transcultural. É preciso reconhecer que ao longo das últimas três décadas, a indústria cinematográfica hollywoodiana conseguiu mudar os padrões de consumo do espectador mundial e impor seus próprios cânones visuais e narrativos. Sobra para os cinemas nacionais a defesa de uma parcela do seu próprio mercado interno, que seja suficiente para viabilizá-los, bem como, uma aliança estratégica e tática entre si. Que reúna energia e poder de fogo suficiente para reivindicar para todos nós, que não somos Hollywood, quem sabe

a metade de cada mercado seu. A possibilidade de que os cinemas nacionais troquem entre si produtos, conteúdos, rendas e mercados, é concreta demais para se afigurar como uma utopia. O conceito de democracia mundial, “que ponha ao alcance de todos, os bens produzidos em todos os países do mundo, relativizando assim o monopólio de fato exercido pela indústria cultural dos países hegemônicos”, como diz o insuspeito filósofo Sérgio Paulo Rouanet, mais do que atender a uma necessidade nacional de auto-determinação, a complementa com um foco individualizante, “supõe uma comunidade mundial composta de cidadãos livres e iguais, titulares dos mesmos direitos, independentemente de sua nacionalidade e de sua etnia”. “Livre Mercado” nem sempre quer dizer “Livre Concorrência”. O mercado interno de cada território nacional é ou não é um ativo econômico e estratégico de cada país? Para quem conheceu a beleza e o poder do cinema se torna absolutamente insuportável aceitar a subalternidade audiovisual. A historiografia contemporânea, porém, estabeleceu a necessidade de contemplar a história em fluxos mais longos, nos quais oitenta anos pode ser um período inicial. Assim, é possível que o atual modelo de indústria e comércio cinematográfico, imposto ao mundo a partir de 1920, esteja conhecendo senão seu desfecho, pelo menos a inauguração de uma próxima etapa. A evolução tecnológica, com sua provável revolução na distribuição do conteúdo audiovisual, pode estar anunciando-a. Logo, é um mau momento para renunciar ao combate, um mau momento para conceder a derrota sem resistência.

Não se pode negar ao produto hegemônico a importante contribuição que dá e deve continuar a dar ao hábito social de ir ao cinema. Mas é preciso saber reconhecer que suas estratégias de domínio mercadológico se estendem por períodos que vão de vinte a trinta anos. Os megaconglomerados de telefonia, informática, serviços de notícias, transmissão de dados e fabricação de conteúdo levaram estas estratégias a níveis de precedência, eficácia e duração insuspeitados. Por exemplo, há vinte anos a Warner, antes de ser Time e AOL, constituiu um time de futebol, o Kosmos, reunindo craques mundiais como Pelé e Beckenbauer. Em seguida, países que representam os maiores mercados de comunicação, como os EUA e o Japão, começaram a formar seleções nacionais, que de inicialmente bisonhas ganharam cada vez mais importâncias nos eventos internacionais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. A identificação do futebol como o esporte mais globalmente televisável, passou a torná-lo objeto do desejo mercadológico. Hoje em dia, a televisão aberta, gratuita, transmite jogos cada vez menos, privando a massa de seu divertimento preferido, mas criando um excelente produto para a televisão paga, a qual só a elite tem acesso. Grandes grupos empresariais ou conglomerados de comunicações começaram a adquirir diretamente os clubes, a ponto de ter que ser determinado por lei, que ninguém poderia ter que ser proprietário de mais de um. A verticalização atinge um grau no qual o conteúdo, o espetáculo futebolístico, passa a ser um mero insumo de uma cadeia de difusão mundial via satélite, cujo principal produto é a venda dos direitos desta comunicação ao público. A operação, processada durante vinte anos, está perto de sua conclusão.

Quantos outros processos semelhantes estão em curso? É possível que a destruição gradual, por asfixia e inanição em cada um de seus próprios mercados internos, esteja fazendo dos cinemas nacionais, vítimas só relativamente conscientes. Neste ponto, é difícil não assinalar, de novo, que juntamente com uma disputa de mercado se dá um choque no qual uma só cultura tenta impor globalmente seus valores e padrões de comportamento e consumo. Afinal de contas, mercado ainda é cultura. A adversidade do momento atual, no qual o espectador é induzido e cede a querer sempre mais do mesmo, ingrata para a democracia mundial audiovisual, que só viverá pelo acesso à diversidade, sinaliza com veemência o perigo dele, de fato, não se interessar mais por outro tipo de produto que não seja o hegemônico. Afinal, gostos se formam. Na França, berço histórico da cinefilia, a parcela de espectadores que se interessam pela arte cinematográfica, pelo cinema enquanto expressão e invenção de formas, foi reduzida a 7%. Os cinemas nacionais, que sobrevivem da capacidade de reproduzir um sotaque por aquele que o pratica, podem já ter perdido, sem perceber, esta derradeira vantagem.

As políticas de defesa do idioma local contra a poderosa investida da língua geral, anglo-saxônica, dão idéia da amplidão desta disputa e da necessidade dos países manterem seus elementos de constituição, como idioma e território comum, a salvo dos ataques propiciados pela invasão aérea de emissões televisivas, realizadas a partir de satélites de transmissão com alcance intercontinental. O que os rapazes do Cinema Novo não sabiam, quando há quarenta anos atrás sonharam modernizar a linguagem audiovisual e coloca-la a serviço do desenvolvimento, de uma conscientização social integradora e exaltante, é que eles não só estavam fazendo um movimento artístico, mas lançando o Brasil nesta feroz disputa mundial pelo poder conformador da comunicação. Mais mal do que bem, foi a televisão que realizou esta pretensão, com o funesto resultado que se vê. A contribuição que ela pode dar à evolução do processo social, apenas engatinha e foi permanentemente desmoralizada e reprimida nestes últimos trinta anos. Basta constatar a precariedade em que vivem cronicamente as emissoras públicas, educativas ou estatais. Veja-se o divórcio que são obrigadas a manter com a sociedade, a impermeabilidade em concretizar parcerias com aliados naturais, como o cinema brasileiro. Percebe-se que o consumo audiovisual está pré-determinado, com a omissão e cumplicidade eventual, dos governos, dos partidos políticos e de seus representantes no poder legislativo. Não há de ser por acaso, que nestes últimos 30 anos em que a televisão aberta se constituiu como o maior poder institucional brasileiro, inclusive e sobretudo pela sua interferência no processo político e eleitoral, que o filme nacional nela não encontrou espaço. Atualmente desenrola-se na televisão um processo de redefinição hierárquica criado pela detenção de maior ou menor nível de audiência, bem como uma disputa mercadológica pelo acesso ao produto cinematográfico hegemônico. Ambas são acompanhadas por manobras menos aparentes que tratam da associação a interesses estrangeiros através da abertura do capital - se discute apenas o tamanho desta participação - ou então da escolha de padrões tecnológicos. "Não tenho muitos detalhes, mas estamos investindo agressivamente em parcerias na América Latina, em especial no Brasil, e temos muito interesse no País", declarou recentemente Steve Ballmer, que substituiu Bill Gates, como presidente da Microsoft. E gesta-se, na surdina, o projeto da Lei de Comunicação Eletrônica de Massa.

Mas fui longe demais no entusiasmo de demonstrar cabalmente as dimensões do teatro de operações em que trava o cinema brasileiro seu combate. E a freqüente ingenuidade, é preciso ter coragem de dizer mais, a mediocridade com que a tarefa hercúlea de inserir-se nesta disputa é abordada. É possível que a batalha esteja a ponto de ser perdida e nós, oprimidos pelas dificuldades que representam manter-se vivo no processo do cinema brasileiro não o estejamos percebendo. Podemos estar simplesmente a espera de mais uma golfada de recursos que permita estender por alguns anos a "retomada", e o resto se verá depois. A manutenção desta insuficiente posição de combate nos levará a insignificância, se não a própria extinção. No entanto, se a partir de agora, nas circunstancias dadas, conseguirmos instaurar um processo de representação, participação e ação política, longe de qualquer vitimação, com altivez, será então possível negociar com outros agentes como o governo, a televisão, o poder legislativo e a própria indústria hegemônica, o espaço indispensável à nossa afirmação cinematográfica, à nossa sobrevivência, à nossa auto-sustentabilidade. Para que no futuro, aqueles que contemplarem os filmes feitos por esta complexa e contraditória comunidade, possam dizer que estão vendo o testemunho dos olhos que viram os tempos que viriam.

O 3º Congresso Brasileiro de Cinema tem para mim também as características de um ritual de passagem. Não há como deixar de reverenciar a presença de Nelson Pereira dos Santos e de Geraldo Santos Pereira, que estiveram presentes no 2º Congresso, realizado em 1953, em São Paulo. Não há como deixar de reverenciar a presença de Roberto Farias, de quem recebi, há vinte e cinco anos atrás, a oportunidade de participar da vitória que foi sua gestão à testa da política cinematográfica brasileira. São companheiros, que depois de cinquenta anos de luta estão ativos como profissionais e lideranças militantes. Não há como deixar de reverenciar Jacques Deheinzeln, que depois de participar, com Flávio Tambellini, das campanhas em

defesa do cinema brasileiro em São Paulo nos anos 50, foi o primeiro secretário-executivo do Instituto Nacional de Cinema, estabelecendo sua gestão institucional e introduzindo a necessidade imperiosa de informações para o conhecimento do mercado. Bem como Cavaleiro Lima, que na época, produzia estudos pioneiros sobre a economia do cinema brasileiro. Eu mesmo, adolescente recém-saído da puberdade, os via de longe, acompanhando com justa admiração seu empenho pela afirmação de nosso cinema. Hoje, quando o peso dos anos, literalmente, se me faz senti-lo, a persistência deste empenho e de seu espírito de militância, mais do que comover-me, me toca como exemplo. Um dia, Humberto Mauro, a quem eu mal conhecia, e em minha ausência, referiu-se a mim como um batalhador do cinema brasileiro. Carreguei este elogio como uma condecoração secreta, que ora revelo. O que me honrava nele era a aceitação que a entidade maior, no sentido propriamente iniciático do termo, me concedia. Me ligava a uma tradição que passava por Cataguazes, pela Revista CineArte, pelo Chaplin Club, pela Cinédia, por Carmem Santos, por Otavio de Faria e Plínio Sussekind, pela primeira Atlântida dos filmes de conteúdo social, pela segunda Atlântida das comédias populares com Watson Macedo e Carlos Manga, pela Vera Cruz, de Alberto Cavalcanti e Lima Barreto, pela Brasil Filmes aonde estavam Walter Hugo Khouri, César Memolo, Galileu Garcia, pela ascendência espiritual de Trigueirinho Neto, pela Cinemateca Brasileira de Paulo Emilio e Rudá de Andrade, pela Herbert Richers, pelo Cinema Novo, aonde a minha geração passava então a empunhar a bandeira destes pioneiros. E que continuou na Difilm, na Embrafilme, e até mesmo, com todos os percalços, na Lei do Audiovisual.

Mas não há como deixar de reconhecer também que esta generosa tradição de amor e luta pelo cinema brasileiro só fará sentido se encontrar herdeiros que a sustentem. A consciência transcendente desta missão não pode ficar confinada aos remanescentes de minha geração, da que a antecedeu ou da que a sucedeu, nem ser tratada como uma ilusão retrograda. As coisas mudam, mas não mudam e o velho e o novo trocam de posição como partículas dentro de um átomo. Sinto, com surpresa, que já somos objeto de pesquisa da história recente, mesmo quando carinhosamente referidos como lendas vivas. Apesar do massacre ideológico destes últimos vinte anos que pretende atribuir a articulação institucional e a ação política cinematográfica, o rótulo de “boas para otário”, e reservadas a profissionais da profissão, vejo que gerações mais jovens ou na força da idade se apresentam. De outra forma não estaríamos todos aqui, nos congregando. O momento indica veementemente que dissociar o cinema brasileiro e insisto, o hábito social de frequentar o cinema como lazer, do destino do conjunto da Nação e de seus anseios pela erradicação da miséria, pela imposição do equilíbrio social, pelo fim de nossa inserção subalterna na ordem mundial, nos levará a uma causa perdida. Não cogito que sejamos vítimas dos velhos refrãos insuportavelmente voluntaristas e sentimentais. Mas não posso me impedir de imaginar, como diria John Lennon, que todos aqui tem condições e desejo de serem agentes da criação de uma realidade nova, na qual a produção e o consumo audiovisual serão pontos de apoio da superação desse mal estar da civilização, que nos acomete. Por isso, para concluir, peço que me seja consentido dizer, com o coração leve de quem tem a certeza de combater o bom combate, e com um sorriso nos lábios: a luta continua.

-X-X-X-X-X-X-X-X-

* Discurso de Abertura do III Congresso Brasileiro de Cinema, Porto Alegre, 28/06/00.